

A ESCOLA DOS SONHOS

Plano Nacional de Educação prevê mudanças ambiciosas no ensino de 1º grau mas depende de verbas cuja origem ainda está indefinida

Lisandra Paraguassú e
Marina Oliveira
Da equipe do Correio

Brasil, ano 2007. Todas as escolas públicas do país estarão equipadas com computadores, vídeos, aparelhos de TV. Os professores terão nível superior, receberão salários melhores — mais de R\$ 300,00 — e poderão dedicar-se exclusivamente aos alunos, que passarão, no mínimo, sete horas diante dos livros. Isso se o Plano Nacional de Educação (PNE), recém-saído dos gabinetes do Ministério da Educação (MEC), virar realidade.

O PNE foi apresentado ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso e será enviado ao Congresso no início de janeiro. O documento é uma exigência da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB), aprovada no final de 1996, e estabelece metas para todos os níveis de ensino nos próximos 10 anos.

Nas mais de 50 páginas em que o plano é descrito surge um modelo ideal de educação para o país. Muito longe, no entanto, da realidade de escolas sem professores ou carteiras.

As metas mais ambiciosas referem-se ao 1º grau. O ensino passaria a ser obrigatória a partir dos 6 anos de idade e não mais dos 7 anos, como é hoje. Com isso, o ensino fundamental ganharia um ano a mais — avançando de 8 para 9 anos. No entanto, a média de escolaridade dos brasileiros atualmente chega apenas a quatro anos.

As crianças também ficariam mais tempo na escola. No lugar das supostas quatro horas de aulas diá-

rias, como acontece hoje, teriam sete — um aumento gradual até chegar a um turno único, das 9h às 16h.

A proposta do PNE será um desafio para pequenas escolas em locais de difícil acesso, como o colégio onde ensina a professora Patrícia Amaral, em Batalha, interior de Alagoas. Com apenas duas salas de aula, a escola recebe os alunos em três turnos de três horas cada.

CARÊNCIAS

O próprio governo não nega as dificuldades. “Teremos que estudar a melhor maneira de tornar as mudanças possíveis, levando em conta as carências regionais”, admitiu a presidente do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Castro.

Uma reunião em Campinas, na segunda-feira, entre pesquisadores e representantes do governo começou a definir como será feito o levantamento de dados específicos das regiões — déficit de sala de aulas, formação dos professores, número de crianças fora da escola. “A

partir dessas informações as redes estaduais e municipais poderão trabalhar com maior eficiência”, acredita Maria Helena.

Ela frisou que o conteúdo do PNE não foi imposto pelo ministério. Um roteiro para discussões nos estados, municípios e conselhos representantes de educadores foi elaborado a partir do Plano Decenal de Educação — concluído no final do governo Itamar. As entidades tiveram tempo para apresentar propostas antes da redação final do plano.

Os representantes dos professores, no entanto, contestam a afirmação de Maria Helena. “Nós apresentamos nossas propostas, mas elas não foram consideradas”, garante a secretária-geral do Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTe), Maria Isabel Noronha.

Mas a direção da educação brasileira na próxima década pode não ser a idealizada pelo MEC. O PNE ainda terá que passar pelo Congresso e poderá sofrer muitas alterações. Carlos Cury, da Câmara Básica de Educação, prevê muita briga e lobby para remendar o projeto. “Pa-

ra atender as exigências do plano as escolas particulares precisarão investir pesado, e não poderão repassar os custos aos pais, saturados com os preços das mensalidades”, argumenta ele.

DINHEIRO

A deputada Esther Grossi (PT-RS), que participou da elaboração do primeiro rascunho do PNE, não aprovou o resultado final. “Eu não posso dizer que o resultado é bom”, afirma.

O ponto crítico no Congresso será saber de onde sairá o dinheiro para tirar do papel as metas do PNE. Embora o texto defina um aumento de um ponto no percentual do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado em educação, não fica claro se o crescimento ocorrerá nos recursos públicos ou privados. As fontes de financiamento também não foram detalhadas.

“Sem dinheiro, fica difícil negar o caráter utópico do plano”, argumenta Carlos Cury. É nesse ponto que as metas ideais do Ministério encontram a realidade brasileira.

Qualificação é principal arma

Transformar mais de 800 mil professores em universitários e formá-los até 2007. O projeto, um tanto ambicioso, é um dos principais pontos do Plano Nacional de Educação (PNE), que elegeu a qualificação profissional dos mestres como a principal arma para melhorar a qualidade do ensino brasileiro.

As metas estabelecem que, em 10 anos, não poderá haver mais professores com apenas o 1º ou o 2º grau nas salas de aula do país, da pré-escola ao 2º grau. Hoje, quase 70 mil mestres ensinam sem ter nem mesmo a oitava série. São os chamados professores leigos, encontrados principalmente em escolas rurais, onde o Ministério da Educação não passa de um nome.

“Não adianta falar em curso superior com as faculdades que estão aí”, diz a deputada Esther Grossi (PT-RS), especialista em educação. “Tem que se analisar que tipo de estudo deve se dar ao professor”. Críticos do programa afirmam que não basta o diploma. A reciclagem constante, em que o professor aprende cada dia novas técnicas para aplicar em sala de aula, seria muito mais importante.

Estudar não é problema, mas sim conciliar os cursos com o trabalho em sala de aula e os baixos salários. “Os professores gostariam de estudar, mas não há boas condições para isso”, afirma João Luiz Steinbach, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS).

Os professores vêm outro problema nos planos ideais do MEC. Em nenhum momento fala-se claramente em melhoria nos salários. O ministério aposta no Fundo de Valorização do Magistério para garantir uma remuneração correta aos professores, mas no PNE fala-se apenas em piso especial.

“Se não houver um aumento de salário não se pode esperar que os professores tenham incentivo e até mesmo dinheiro para se capacitar”, diz Carlos Cury, da Câmara Básica de Educação. Os 10 anos que o PNE prevê para a capacitação dos professores parecem poucos frente aos problemas. (LP e MO)

DIRETRIZES

Principais metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino público e privado:

GASTOS

Hoje o país investe 5,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, o PNE prevê que, em dez anos, esse índice deverá aumentar para 6,5%.

PROFESSORES

Como é: todo professor da pré-escola e do 1º grau deve ter, no mínimo, o Magistério. Mas, nas escolas rurais, existem professores que tem apenas a 4ª série. Como fica: Até 2003 todos os professores que não tem o Magistério terão que cursá-lo. Até 2007, todos os professores, da pré-escola ao 2º grau, deverão ter nível superior.

REPETÊNCIA E EVASÃO

COMO É

Hoje a evasão escolar chega a 35% dos alunos matriculados no ensino fundamental. A repetência é de 45%.

COMO FICA

A meta é diminuir os índices em 5% ao ano, progressivamente.

TEMPO NA ESCOLA

COMO É

O ensino fundamental obrigatório começa na 1ª série ou aos 7 anos de idade, e leva 8 anos para ser concluído.

COMO FICA

O último ano da pré-escola passa a ser obrigatório. A criança deverá entrar no colégio aos 6 anos, aumentando o tempo de escolaridade obrigatório para 9 anos.

JORNADA ESCOLAR

COMO É

As crianças deveriam ficar pelo menos quatro horas na sala de aula. Mas, em muitos locais, os turnos não duram mais do que duas horas.

COMO FICA

A intenção é ampliar aos poucos a jornada escolar até chegar, no prazo de 10 anos, a sete horas diárias, em turno único — das 9h às 16h.

EDUCAÇÃO DE JOVENS

Alfabetização: o objetivo é alfabetizar os 32 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não sabem ler e escrever.

TECNOLOGIA

COMO É

Hoje as escolas públicas não têm computadores, e a maioria também não possui televisões ou videocassetes. O TV Escola começou a ser implantado ano passado apenas em escolas com mais de 100 alunos.

COMO FICA

O governo pretende garantir o acesso ao programa TV Escola a todas as escolas públicas de nível fundamental e médio, assim como, assegurar que metade das instituições de 2º grau tenham computadores com acesso à Internet.

Além disso, deverão ser capacitados 500 mil professores, até o ano 2007, para usar o programa TV Escola.